

# O código do desmatamento

JORGE WERTHEIN

É com preocupação que acompanhamos o noticiário recente dando conta da progressiva e permanente devastação de importantes reservas ambientais do Brasil. Mas apesar das denúncias, a ação predadora prossegue, como se os apelos da sociedade e as medidas governamentais fossem insuficientes para impedi-la. É com pesar que vimos ser aprovado na Comissão Mista do Congresso Nacional o projeto de conversão que modifica o Código Florestal brasileiro e permite, entre outras ações devastadoras, a ampliação da área de desmatamento da Amazônia.

Segundo o projeto, será permitida a redução de 80% para 50% da faixa de reserva ambiental obrigatória na floresta; no Cerrado e na Mata Atlântica essa faixa pode ser reduzida a menos de 20%. Desta forma, tem-se uma espécie de código favorável ao desmatamento.

Seria a agropecuária a real vocação dessas áreas? Os parlamentares que votaram a favor do projeto parecem crer que sim.

Na opinião dos especialistas, as reservas florestais são mais lucrativas quando adequadamente exploradas — seja por meio da indústria madeireira, seja pelo extrativismo vegetal ou pela biotecnologia. São inadequadas para o cultivo ou a criação de animais. Áreas devastadas da Amazônia converteram-se

em terrenos áridos, quando não arenosos, como os desertos.

Por outro lado, a moderna tecnologia agrícola permite um aproveitamento das atuais áreas de cultivo que compensa possíveis “perdas” de terreno para as atuais reservas ambientais.

Caso se aprove em plenário o projeto do Código Florestal da forma em que se encontra, o Brasil estará retrocedendo. Signatário de compromissos internacionais como a Agenda 21, detentor de uma legislação abrangente, avançada e moderna, o país assumiu a liderança regional em questões de meio ambiente. É, portanto, exemplo aos vizinhos. Um retrocesso agora irá de encontro a uma política empreendida pelo Governo federal no sentido de preparar o país para o futuro, inclusive mediante a inclusão de novos sítios naturais brasileiros na lista do Patrimônio Mundial da Unesco. Recentemente, por exemplo, receberam o título de Patrimônio Natural da Humanidade as

reservas florestais da Mata Atlântica na Costa do Descobrimento (nos estados da Bahia e do Espírito Santo) e as reservas da Mata Atlântica do Sudeste.

Os jornais noticiaram que o Brasil obteve crédito a fundo perdido de US\$ 30 milhões do Banco Mundial (Bird) para um projeto que visa a preservar 10% das florestas tropicais do país. A organização não-governamental World Wildlife Fund (WWF) prometeu mais US\$ 5 milhões a esse programa. A meta é proteger 37 milhões de hectares de florestas tropicais. Isso equivale a acrescentar 25 mil aos 12 mil hectares que hoje são áreas protegidas na Amazônia. O Governo, que já havia reservado US\$ 15 milhões para o projeto, acrescentará US\$ 18 milhões.

Vários programas vêm sendo desenvolvidos pela Unesco, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente brasileiro, no intuito de trazer alternativas para o tratamento da questão ambiental no mundo e no Brasil, buscando compatibilizar

Cruz

o desenvolvimento socioeconômico e a preservação da qualidade de vida e do ambiente de forma justa e eticamente correta para a população atual e as gerações futuras, tais como o Programa de Ciências da Terra (GEO), o Programa Hidrológico Internacional (IHP), o Programa Homem e a Biosfera (MaB), entre outros.

Como resultado do Programa MaB (Homem e a Biosfera) no Brasil, temos as Três Reservas da Biosfera Brasileiras: a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que se estende por 14 estados da Federação, a do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, que abarca os municípios da Grande São Paulo, e a Reserva do Cerrado do Distrito Federal, e que refletem o esforço da sociedade na busca do atendimento às necessidades da comunidade e o melhor relacionamento entre os seres humanos e o meio ambiente.

A preocupação com o futuro da Humanidade pauta as ações da Unesco em todos os seus países-membros, incluindo o Brasil. E o futuro do homem, como já se sabe, está intrinsecamente relacionado ao futuro dos recursos naturais. O imediatismo de ações políticas e a inseqüência de posições tomadas ao sabor de interesses momentâneos não devem comprometer o futuro de gerações inteiras.

JORGE WERTHEIN é representante da Unesco no Brasil.

